

Um Trasmontano Contra Salazar

Alfredo Moreno Leitão

PUC-SP

Alfredoleitao70@hotmail.com

João Maria Ferreira Sarmiento Pimentel nasceu em 18 de dezembro de 1888, natural de Eixes, Mirandela, Trás-os-Montes. “Trasmontano dos quatro costados”, como ele mesmo afirmava, era descendente da aristocracia rural que a várias gerações estava estabelecida naquela região ao norte de Portugal. Foi neste ambiente rural enraizado em tradições, na vivência com as pessoas do lugar, principalmente os camponeses – com frequência referenciados em suas memórias – que vai se formar a visão de mundo do jovem Sarmiento Pimentel.

[...] Esse amor à liberdade, essa alegria de viver que sempre tive, essa ambição de dispor de mim como entendesse devem ser provenientes da minha convivência com a gente da terra, [...] Fiquei sempre com uma grande simpatia pelo povo da minha terra. [...] Porque falava com a gente do povo e defendia os seus direitos, embora, nessa altura, não tivesse idéias assentes sobre direitos e deveres dos cidadãos. Mas meu intelecto foi-se desenvolvendo, a minha inteligência foi amadurecendo e assim nasceu em mim um espírito liberal e foi ganhando forma o ideal democrático que nunca me abandonou. (LOPES, 1977, p. 27)

Defensor da República, nasceu no momento em que o movimento republicano ganha força e consistência. A partir de 1820 despontaram às primeiras idéias republicanas, mas somente em 1891 foi elaborado um manifesto (ora também chamado de programa) que surgiu um pouco antes da revolta republicana de 31 de janeiro do mesmo ano (MARQUES, 2000, p. 286). A revolta foi sufocada, mas o ideário republicano presente no manifesto levou a proclamação da República, em 1910. Entre os líderes do 31 de janeiro, estava o engenheiro Ricardo Severo, que após este evento se refugiou no Brasil. Aqui, muitos anos depois, Severo e Sarmiento se tornaram amigos.

O ambiente familiar, apesar de monarquista e conservador, também garantiu um espaço propício às idéias políticas de Pimentel. Seu pai costumava reunir, para caçadas ou eventos em casa, parentes e amigos que, segundo Sarmiento Pimentel eram

“geralmente, pessoas de convivência agradável, de certa instrução e algum pendor intelectual, que gostavam de criticar tudo quanto dizia respeito à política, um dos temas que em todos os tempos apaixonaram a nossa gente” (LOPES, 1977, p. 22). Sua defesa do republicanismo nunca foi reprimida em sua casa, seu pai, um “liberal”, via com simpatia as atitudes do filho, acreditando que eram rompantes da juventude e com a idade ganharia juízo.

Fez os primeiros estudos em Guimarães e Braga, indo na adolescência para o Liceu de Viseu, e depois Coimbra. Ao contrário do que seu pai esperava, em Viseu os ideais republicanos do jovem João Maria ganharam mais solidez. No Liceu se desenvolviam discussões políticas entre professores e alunos, citou o exemplo do professor Lopes de Oliveira¹, que muito o influenciou. Era um homem contrário aos privilégios e defendia o sufrágio universal para a escolha dos representantes da nação. “E nós ficávamos encantados a ouvi-lo, contagiados pelo seu entusiasmo e por sua bondade. Lopes de Oliveira era um autêntico ‘clerc’ da mocidade, um mestre cujas lições se gravavam por forma indelével no espírito dos seus alunos” (LOPES, 1977, p. 42).

Em Coimbra fez os preparatórios para a Escola Militar. Assim como outros de sua família, tinha a pretensão de seguir carreira nas Forças Armadas. Na universidade encontrou, em parte, professores e um ambiente aberto e renovador. “Na Coimbra do meu tempo desenhava-se uma reacção salutar contra tudo o que significava velharia, anacronismo, atraso, ignorância. [...] uma Universidade nova, limpa de teias de aranha, aberta às idéias de liberdade e de justiça social” (LOPES, 1977, p. 43). Mas havia ainda um outro lado, a Coimbra tradicionalista, conservadora, monárquica, de cujo seio saiu, entre outros, o futuro presidente do Conselho de Ministros, Antonio de Oliveira Salazar.

Em 1907 entrou para a Escola do Exército, lá a maioria dos estudantes e do corpo docente era composta por liberais anti-monarquistas, havia muita união entre os cadetes e seus superiores.

¹ José Lopes de Oliveira (1881-1971) frequentou a Universidade de Coimbra onde se licenciou em Direito em 1905. Foi professor de História e Geografia no Liceu de Viseu. Politicamente, fez defesa dos ideais republicanos, tendo sido militante do Partido Republicano Português até 1920. Foi chefe de gabinete do presidente Bernardino Machado (1915-1917). Disponível em: <arepublicano.blogspot.com>. Acesso em 05/07/2016.

A crise que se abatia sobre Portugal levou a uma revolução que se iniciou de 4 para 5 de outubro de 1910 que depôs o rei D. Manuel II e instaurou a República. A ideia de uma revolta armada foi decidida em um congresso do Partido Republicano Português, realizado em Setúbal em 1909, onde se constatou que pelas vias eleitorais não seria possível ascender ao poder (MEDINA, 2000, p. 301). A chamada Revolta da Rotunda foi liderada pelo exército, com apoio da marinha e de alguns civis. Sarmiento Pimentel, então aluno da Escola do Exército, era um dos líderes dos cadetes. Sob as ordens do tenente Machado Santos, foi enviado ao Rossio à busca de informações sobre a revolta. Os cadetes não pegaram em armas, passaram a noite em vigília à espera dos resultados da revolta:

Esta noite foi difícil de passar no acampamento. Não dormimos. [...] Mas nós duvidávamos já da vitória. E pensávamos em nos refugiarmos nos navios, em emigrar para o Brasil, em correr o risco da clandestinidade. Até que raiou a manhã do dia 5. [...] O armistício. A ida de Machado Santos ao Quartel-General. A inércia das tropas fiéis à monarquia. A vitória. [...] (LOPES, 1977, p. 67-68)

A I República (1910-1926) foi um período de grande instabilidade, onde diversos governos se sucederam com o objetivo de consolidar o regime republicano, sem sucesso ². Entre os fatores que levaram ao fracasso da I República, estavam as divergências entre os grupos republicanos que governaram o país, somado a crise econômica herdada da monarquia e avolumada aos gastos da participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918); a repressão aos movimentos sociais e a classe operária; o sentimento de descaso sentido entre as Forças Armadas, principalmente após a Guerra; e a política anticlerical promovida por alguns governos contra a Igreja Católica (MEDINA, 2000, p. 306-308).

Porém há de se ressaltar que a I República Portuguesa, praticamente isolada entre monarquias (naquela época só existia na Europa as repúblicas francesa e suíça), deu início às reformas na educação, na política, no bem-estar social. Promoveu uma

² [...] Com um total de quarenta e cinco governos, oito eleições gerais e oito presidentes em quinze anos e oito meses, a República portuguesa foi o regime parlamentar mais instável da Europa ocidental [...]. WHEELER, Douglas L. A Primeira República Portuguesa e a História. **Análise Social**, Lisboa, vol. 14, n. 56, 4ª série, p. 865-872, 1978, p. 865.

mobilização da sociedade não vista anteriormente nestas proporções (WHEELER, 1978, p. 868).

Mas os problemas da República não se resumiram somente as questões internas, o início da Primeira Guerra Mundial colocou Portugal em estado de alerta. A Alemanha, nação que a menos de 50 anos havia se unificado e despontava como uma potência imperialista, passou a cobiçar as colônias portuguesas da África, em particular Angola e Moçambique regiões ricas em minérios³. Em defesa do seu império, o governo português organizou duas expedições, uma para Angola e outra para Moçambique, com o objetivo de barrar o avanço alemão em África. Na expedição para Angola incorporou-se, como voluntário, o jovem soldado João Sarmiento Pimentel (PIMENTEL, 1974, p. 144).

Portugal não tinha, nesse momento, estrutura para enfrentar uma guerra de proporções mundiais e que iria prolongar-se por quatro anos. Sarmiento Pimentel em suas memórias dedica um capítulo ao navio Cabo Verde que os leva de Portugal para Angola, nele se percebe a precariedade das Forças Armadas.

A Companhia já o tinha vendido como sucata aos italianos dos estaleiros de Gênova, mas, vinda a guerra, anulou-se o negócio e o “Cabo Verde” recuperou a efetividade. Na improvisação das aberturas da mobilização de todos os transportes marítimos, deram-no por apto para levar os solípedes da “Expedição do Sul da Angola.” (PIMENTEL, 1974, p. 145).

O navio, um velho cargueiro que durante 30 anos fez viagens entre Portugal e África, levava nessa ocasião 400 cavalos e mulas e 200 militares, todos mal acomodados no porão, além da tripulação. A viagem duraria 12 dias (iniciada em 13 de junho de 1915) de tormentos e tormentas.

Mas como o velho barco, máquina a partir-se aos pedaços, sem médico, marcha de cágado, e a balbúrdia e o fedor e o enjôo geral, acossado por violenta tempestade, não naufragou, é que pode dizer-se milagre da Senhora dos Navegantes (PIMENTEL, 1974, p. 146).

³ A Alemanha possuía colônias em África. Duas delas: a África do Sudoeste Alemã (Namíbia) e a África Oriental Alemã (Tanzânia) faziam fronteira, respectivamente, com Angola e Moçambique. **ATLAS da História do Mundo**. São Paulo, Empresa Folha da Manhã, 1995, p. 236.

Após esta conturbada viagem, as tropas desembarcam na baía Moçâmedes⁴ – numa chegada tumultuada. Iniciava-se aí a Campanha de África.

A ida para a África foi a oportunidade de Sarmiento Pimentel ter contato com o mundo colonial português. A vivência com as populações coloniais, principalmente a população negra explorada, desenvolveu nele uma visão crítica da política ultramarina que o acompanhou por toda a vida. Passou a defender a independência de todas as colônias portuguesas (africanas e asiáticas) e a criação de uma comunidade lusófila.

Em África permaneceu por aproximadamente um ano e meio (entre 1915 e 1917), lutando ao lado dos soldados bôeres da África do Sul. Dalí foi transferido para lutar na Europa, em Flandres, no *front* francês. Ali a Guerra era outra, muito mais intensa e devastadora. Na França, trava amizade com o médico e historiador Jaime Cortesão, que se tornaria importante figura na luta antissalazarista em Portugal e no exílio brasileiro.

Ao término da Guerra (1918), já com a patente de capitão, retorna à Portugal, e encontra um país desgastado pelos efeitos do conflito mundial. Portugal era governado por Sidônio Pais que diante da situação instituiu uma “ditadura presidencialista” que durou quase um ano (Sidônio é morto em dezembro de 1918). Sarmiento Pimentel, que o conhecia, apoiava suas medidas acreditando que esta “ditadura” era uma atitude emergencial.

Com a morte de Sidônio Pais o movimento monarquista, que estava ganhando força, proclama no Porto a monarquia, a chamada Monarquia do Norte, em janeiro de 1919. O movimento é sufocado um mês depois. Este foi o último ato, como militar da ativa, que Sarmiento Pimentel vai participar.

A bem dizer, encerrou-se a 13 de Fevereiro de 1919 a carreira militar daquele cavaleiro [...]

Era a altura (tinha 30 anos) de constituir família, mas só então constatou que o magro soldo de capitão e o patrimônio herdado não davam para viver com certo dasafogo. E foi procurar melhor fortuna fora do Erário [...] (PIMENTEL, 1974, p. 201)

Trabalhou com comércio e indústria, primeiro num depósito de carvão de Minas de São Pedro da Cova, e depois na Fábrica de Cimentos de Leiria.

⁴ Cidade portuária ao sul de Angola.

Mas, como ele mesmo dizia: “...para não renegar de todo um passado inquieto, doutrinário, interessado na cousa pública...”, foi convidado e aceitou participar do grupo da revista Seara Nova, onde passa, assim como outros, a escrever artigos de crítica e análise das questões sociais e políticas vivenciadas em Portugal. O grupo⁵ dos “seareiros” defendia certo afastamento do exercício do poder priorizando o debate de ideias; a mudança da mentalidade das elites portuguesas e a formação de uma opinião pública que cobrasse e apoiasse as mudanças necessárias (ROSAS e BRITO, 1996, v. II, p. 890-893).

Porém, mesmo contrários ao envolvimento direto em qualquer governo, em dois momentos, membros da Seara Nova foram convidados a integrar a equipe governamental. Primeiro, durante o governo de Álvaro de Castro (1923-1924), onde os seareiros António Sérgio e Mário de Azevedo Gomes foram nomeados ministros da Instrução e da Agricultura, respectivamente. Os planos idealizados por eles não puderam ser colocados em prática pois não tiveram apoio parlamentar, e pelo pouco tempo que permaneceram nos cargos.

A segunda ocasião foi durante o governo de José Domingues dos Santos (1924-1925), onde fora convidado Ezequiel de Campos para a pasta da Agricultura. Para aceitá-lo, Campos fez duas exigências: primeiro, permitir a nomeação de João Sarmiento Pimentel para o cargo de chefe de gabinete do ministério da Agricultura; segundo, o Presidente do Ministério deveria apresentar ao parlamento duas propostas de lei, uma que propunha a eletrificação do norte de Portugal, e a outra que tratava da irrigação do Ribatejo e a entrega destas terras aos pequenos agricultores, ambas com o objetivo de modernizar a agricultura. Assim foi feito.

Ezequiel de Campos já como ministro foi à câmara dos deputados discutir os projetos, mas os deputados pouco se mostraram interessados nas mudanças propostas, alguns por sua vez achavam tais medidas ousadas demais (PIMENTEL, 1974, p. 207; e LOPES, 1977, p. 122). Além disso, a imprensa conservadora teceu críticas as ideias de Campos. Por fim, como disse Sarmiento Pimentel, “...os ousados projetos do Ministro da

⁵ A revista Seara Nova foi criada em 15 de outubro de 1921. O grupo fundador e inicial era composto por intelectuais de diversas tendências, entre eles se pode destacar: Jaime Cortesão, Raul Proença, Sarmiento de Beires, Rodrigues Lapa, Agostinho da Silva, António Sérgio etc. Posteriormente fizeram parte da revista Casais Monteiro, Jorge de Sena, Miguel Torga e outros. PIMENTEL João Sarmiento. **Memórias do Capitão**. Porto, Editorial Inova, 1974, p. 202.

Agricultura adormeceram na gaveta do Presidente da mesa da Câmara...” (PIMENTEL, 1974, p. 207). Campos e Pimentel deixaram o governo, findando aí a última participação dos seareiros em qualquer governo.

A I República (1910-1926) dava os seus últimos suspiros. Implantada com o objetivo de modernizar o país, dando-lhe uma feição mais liberal, burguesa, desenvolvimentista e laica. Tal objetivo não conseguiu ser consolidado, os republicanos falharam, não conseguiram tirar Portugal da condição de país basicamente agrário. A isso se soma as pressões dos monarquistas, alijados quase que totalmente de qualquer participação no governo – salvo os que se tornaram “republicanos” –; e a Igreja e os grupos católicos – onde se destacavam grupos como o Integralismo Português e o Centro Católico, onde Salazar era membro -, que condenavam a laicização e o anticlericalismo do governo. Mesmo a burguesia e as classes populares e proletárias não se sentiam atendidas plenamente em seus anseios. Mas, por fim, o que parece a questão mais determinante do colapso da I República, foi a fraqueza e a falta de união entre os diversos grupos republicanos, interna e externamente.

Dentro deste panorama, as Forças Armadas – também se sentindo marginalizadas – declarando-se defensora da pátria, com apoio de monarquistas, seguimentos da Igreja Católica e da extrema direita republicana, deram um golpe, a 28 de maio de 1926, derrubando, sem muita dificuldade ou violência o último governo da I República, e implantando um governo autoritário (MEDINA, 2000, p. 309).

Aqui não cabe esmiuçar o que foram os primeiros anos do Governo Militar. O que se deve salientar é que, entre 1926 e 1932, houve uma sucessão de Presidentes de Conselho e de governos de curta duração – a exceção da presidência de Oscar Carmona, que foi Presidente da República de 29/11/1926 a 18/04/1951⁶ – que não estruturaram um plano claro de governo. Tal estruturação, com uma rigidez econômica, social e política só se dará a partir da nomeação como Ministro das Finanças, do acadêmico de Coimbra, Antonio de Oliveira Salazar, em 1928, e consolidada quando Salazar assume com plenos poderes a Presidência do Conselho de Ministros, em 1932, instituindo o Estado Novo Português.

⁶ Em Portugal, onde se adotou o sistema parlamentarista, o Presidente da República era o chefe de Estado e o Presidente do Conselho de Ministros (o atual Primeiro-Ministro) era o chefe de governo.

A esse governo militar que se impôs, formou-se uma oposição que se organizou com elementos de diversas tendências que prosseguiu combatendo o salazarismo, a partir de 1932, com altos e baixos, até a derrocada do Estado Novo Português em 25 de abril de 1974. Uma “oposição” que não se pode dizer una, pois ora lutou unida, ora lutou separada.

A esta oposição juntou-se Sarmento Pimentel e muitos outros que, apesar de fazerem críticas a I República, não admitiam que a solução aos problemas vividos no país viria através da adoção de um governo autoritário, antidemocrático, antiliberal, conservador, no que aos poucos se foi transformando com a chegada de Salazar.

A oposição promovera alguns movimentos de combate ao governo, entre 1927 e 1931. Cinco “revoltas” armadas (três no continente e as outras duas nos Açores e na Madeira) que saíram a rua para enfrentar o governo. Chamadas Revirahistas procuravam “revirar” a situação que se estava vivendo. Tiveram a participação de civis e militares, mas como estas revoltas não lograram atingir seus objetivos, à medida que foram se sucedendo, foram perdendo força e esperança, culminando com o fim do Reviralismo em 1940 (FARINHA, 1998, p. 20-21).

João Sarmento Pimentel vai participar efetivamente do primeiro movimento, que ocorreu em 3 e 7 de fevereiro de 1927, e “...considerado...o único, a constituir uma verdadeira ameaça para a ditadura, ainda na infância da arte de lidar previamente com os revirahistas” (ROSAS, 1994, v. 7, p. 214).

A pesar de afastado a muitos anos da vida militar, foi convidado por representar ainda uma figura de renome na luta republicana, e um incentivo a atração de outros combatentes. Além de Pimentel, outros encabeçaram o movimento como, Jaime Cortesão, Jaime de Moraes e José Domingues dos Santos

O plano era que a revolta se iniciasse a partir de dois pontos: do norte, da cidade do Porto, e da capital, Lisboa. Mas ao contrário do previsto, a eclosão se deu primeiro no Porto, com um grupo de militares ocupando a sede do Governo Civil, o Quartel General e os Correios, no dia 3 de fevereiro. O governo respondeu prontamente, deixando os revoltosos ilhados, sem munição e famintos, são obrigados a se render na manhã do dia 8.

O grupo de Lisboa, relutante, inicia a revolta no dia 7, mas o governo precavido aumentara a vigilância na capital. Entre os revoltosos houve poucas adesões, e a vitória legalista foi rápida, concluída na tarde do dia 9 de fevereiro.

Por fim, o movimento de 1927 resultou em 70 mortos e 400 feridos, e a deportação de 700 prisioneiros, sem julgamento, para os Açores e as colônias africanas (ROSAS, 1994, v. 7, p. 218).

Este primeiro confronto vai fazer com que o Governo Militar se previna, respondendo de maneira mais eficiente evitando qualquer vitória revirahista que se seguiu.

Sarmento Pimentel e outros conseguiram fugir as prisões, era necessário buscar refúgio pois a caça aos revoltosos não cessara. Pimentel, a princípio, conseguiu se esconder na casa de um amigo. No dia seguinte foi para uma quinta em Santo Tirso, e dali a uma semana, dirigiu-se a sua terra natal, Eixes, na casa onde passara a sua juventude. Mas a tenção perdurava:

[...] Só dois dias, e uma antiga criada apavorada, pois a Polícia já lá tinha estado e vasculhara tudo, até os gavetões do arcaz da sacristia da Capela. Portas e janelas fechados para que ninguém suspeitasse que alguém dos donos estava ali, era como alma penada a passear pelos salões, quartos, corredor e na varanda à noite, no escuro, ouvindo a água das taças do jardim a chorar baixinho as mágoas da minha desventura. (PIMENTEL, 1974, p. 225-226)

Diante da situação, visto que não se deslumbrava outra saída – que só viria a piorar, principalmente após o advento do salazarismo -, ele e outros opositores do governo buscam refúgio fora de Portugal. A princípio a Espanha, onde se dividem entre a Galícia e Madri; posteriormente, alguns se dirigem a França, onde fundam a Liga de Paris que encabeça, durante algum tempo, a liderança dos revoltosos no exílio (ROSAS e BRITO, 1996, v. 1, p. 323-325).

Já na Galícia, e por conselho de um amigo padre, ainda em Portugal, resolveu emigrar para o Brasil. Os planos eram de uma curta permanência em terras brasileiras, que se revelaram equivocados. E a viagem assim foi:

Em Vigo, o bom amigo cônsul Vasco Morgado forneceu-me passaporte, e eu só tive de aguardar vapor da carreira do Brasil que não escalasse nos portos portugueses.

Foi o “Highland Piper” que nos fins de março de 1927 me trouxe para a América do Sul.

[...] A 7 de abril atravessámos a Linha e na Quinta-Feira Santa desembarcamos na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (PIMENTEL, 1974, p. 234).

João Sarmento Pimentel foi o primeiro, de muitos exilados políticos antissalazaristas, a buscar o Brasil como refúgio. Muitos aqui viveram durante anos; outros, décadas; e ainda os que permaneceram por toda a vida, este foi o caso de Sarmento Pimentel.

No Rio de Janeiro, após uns meses de deslumbramento e indecisão, Sarmento Pimentel emprega-se na Companhia da Cigarros Souza Cruz. Fundada pelo português Albino de Souza Cruz, era nesta época administrada por um grupo inglês (British-América) que detinha a maior parte das ações. Mas a sua permanência no Rio de Janeiro foi curta: é convidado a assumir a subgerência da filial paulista. Para São Paulo se muda, fixando residência, aqui, para sempre.

Foi em São Paulo que Sarmento Pimentel consolidou sua vida pessoal e desenvolveu suas atividades políticas contra o salazarismo. Como muitos imigrados ele procurou a colônia, e se relacionou principalmente com indivíduos que tinham afinidades políticas e ideológicas com ele. Desses portugueses se pode destacar a figura de Ricardo Severo⁷, republicano, que desde o final do século XIX, havia se exilado no Brasil por se opor a monarquia. Entre ambos se formou uma boa amizade, parceria e, até mesmo, “laços de parentesco” (o cunhado de Pimentel, Ernesto Seara Cardoso, casou-se com uma filha de Severo).

Foi por intermédio de Severo que Pimentel se integrou ao Centro Republicano Português (fundado em 1908), tornando-se um dos redatores da “Revista Portuguesa” – criada por Severo em 1930 – e participando da fundação da Casa de Portugal, em 1935, onde exerceu o cargo de presidente entre 15 de abril de 1940 a 14 de fevereiro de 1941 (LOPES, 1977, p. 148-149), enquanto a influência salazarista não era tão presente.

⁷ Ricardo Severo da Fonseca e Costa (Lisboa – 06/11/1869, São Paulo – 03/04/1940), foi engenheiro, sócio do Escritório Ramos de Azevedo e diretor do Liceu de Artes e Ofícios. Destacada figura da colônia portuguesa de São Paulo, foi um dos fundadores da Casa de Portugal. Disponível em: <enciclopédia.itaucultural.org.br>. Acesso em 05/01/2017.

Em 1931, Sarmiento Pimentel recebe uma correspondência de Antonio Sérgio, companheiro de luta e “seareiro” como ele. Contava Antonio Sérgio que se estava organizando uma reunião dos emigrados republicanos, em julho desse ano, na Galícia, com o objetivo de se preparar mais um movimento reviralista contra o governo, e o convidavam a participar. Pimentel animado, parte com destino a Espanha, onde se reúnem representantes da França (Liga de Paris), de Madri, da Galícia e outros que ainda conseguiram permanecer em Portugal.

O grupo de Madri, os “budas” (alcunha dada a esses pelos outros núcleos de refugiados), com apoio da recém empossada República Espanhola consegue grande quantidade de armamento.

Divergências levaram a um adiamento da operação por parte dos “budas”. A impaciência, as discussões e a demora por um acordo, precipitaram que uma parte da oposição desse o início a “revolta”, em 26 de agosto de 1931.

O ataque liderado pelo majores Ultra Machado e Sarmiento de Beires, comandando um grupo de militares e de civis conquistaram alguns avanços e apoios. Porém a reação do governo foi decisiva investindo contra o núcleo central da revolta. Há um choque na região do Jardim Zoológico de Lisboa, e por volta das 20 horas do mesmo dia 26, os revoltosos se renderam (ROSAS, 1994, v. 7, p. 225-226).

Sarmiento Pimentel que não participou do movimento, indignasse: “Não fomos prevenidos nem convidados para participar daquela revolução, feita, evidentemente, por quem queria antecipar-se e sobrepor-se à organização dum movimento nacional...” (PIMENTEL, 1974, p. 353)

Convenceu-se que não havia mais nada o que fazer no momento, em Portugal. Resolveu reunir a família, que não via a quatro anos: esposa (Isabel) e os quatro filhos (Maria Isabel, Maria João, Leopoldo e Fortunato). Chegam a Santos (São Paulo) em 02 de junho de 1933.

[...] iniciei as combinações com aquela corajosa e decidida companheira do meu desterro para uma vinda de toda a família para São Paulo durante esse tempo de espera pela reimplantação da República em Portugal. [...] A esperança é qualquer coisa que leva tempo a perder. (PIMENTEL, 1974, p. 356).

A partir efetivamente da posse de Antonio de Oliveira Salazar como presidente do Conselho de Ministros (1932) – desde 1928, como Ministro das Finanças, já possuía grande ascensão no governo -, da promulgação da Constituição de 1933 e do início do Estado Novo Português (1932-1974), houve um endurecimento do regime e dos mecanismos de repressão, como por exemplo, a criação da Polícia da Vigilância e de Defesa do Estado (PVDE) – mais tarde (1945) passa a se denominar Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) – a polícia política.

Externamente houve o surgimento e o fortalecimento dos governos de direita em várias partes do mundo, com destaque para o nazi-fascismo; a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), que levou a derrota dos republicanos e a implantação do governo de Francisco Franco (1939-1975); e a Segunda Guerra Mundial.

Estes fatos, ocorridos em Portugal e fora dele, causaram mudanças nas vidas e organizações dos exilados e antissalazaristas. Muitos tiveram que deixar a Europa, migrando para a América, principalmente para o Brasil.

Grosso modo, é possível determinar que no período de 1927-1945, o fluxo de exilados foi pequeno. Havia ainda por parte dos opositores do governo um fio de esperança na vitória. Em um segundo período, entre 1945-1974, com o término da Segunda Guerra, e com isso uma maior facilidade de trânsito, somado ao fim do Estado Novo Brasileiro, houve aumento do número de exilados. Principalmente após 1945, os que chegaram aqui eram compostos, na sua maioria, por professores, cientistas, artistas plásticos, jornalistas, num reflexo da política cultural do salazarismo que censurava, reprimia, perseguia todos aqueles que desenvolviam uma produção intelectual fora dos padrões ou que contestasse a ideologia do governo.

Em 1936, emigra seu irmão, Francisco Sarmiento Pimentel acompanhado da família. Assim como seu irmão era um opositor do governo de Salazar, vem juntar-se a ele na luta antissalazarista que se forma em São Paulo.

Aqui no Brasil se formou uma oposição antissalazarista composta de indivíduos que saíram de Portugal motivados pelas pressões do Estado Novo Português, que ao passar dos anos ia sufocando cada vez mais seus opositores. A esses exilados políticos, juntaram-se outros imigrantes aqui chegados há muitos anos e vindos, na sua maioria, por questões econômicas, mas que conheceram e se identificaram com a causa. Era um

número pequeno e pouco significativo. Essa baixa participação da colônia portuguesa nas lutas contra o salazarismo se dava principalmente por uma massiva propaganda promovida pelo governo português, que difundida pelos consulados e casas de cultura, mostrava somente os “predicados” do governo de Salazar (PAULO, 2000).

Os antissalazarista em São Paulo se reuniam no Centro Republicano Português, sob a liderança de João Sarmento Pimentel. Foi, no Centro Republicano, em 1956, que é criado o principal veículo de luta contra o salazarismo em São Paulo, o jornal Portugal Democrático. O jornal é produzido até 1975, e vai chegar a vários pontos do país e fora dele, inclusive Portugal, onde entra clandestinamente. O corpo de colaboradores do jornal era composto por grande parte dos exilados antissalazaristas portugueses, e por alguns intelectuais brasileiros seus partidários como, Rubem Braga, Lígia Fagundes Teles, Rachel de Queirós, etc.

Era um jornal que tinha como objetivo criticar e denunciar as arbitrariedades do governo de Salazar – e depois da morte dele, do governo de Marcelo Caetano. Considerado um jornal de “imigrantes”, não se dirigia somente aos imigrantes portugueses, mas a todo o público em geral.

Vários temas eram abordados no jornal, entre eles a crítica a postura de grande parte dos imigrantes portugueses, tidos como alienados; ou sobre a perseguição e censura aos intelectuais portugueses - muitos desses vivendo no Brasil -; ou, ainda, as lutas pela independência das colônias portuguesas em África e Ásia, que causaram divergências entre os próprios exilados.

Sarmento Pimentel escreveu no Portugal Democrático, na sua coluna “Opiniões Insuspeitas”, por exemplo, uma crítica que fez aos “patrícios” da colônia:

É claro que aqueles dos nossos patrícios apatacados, idos de passeio à terra, e que só reparam nas pousadas luxuosas, nos monumentos restaurados, nas estradas de asfalto, não sobra tempo para atentarem na miséria do povo faminto, roto e descalço, e por isso mesmo é que regressam ao Brasil encantados com o Salazar e.... com a paisagem, onde o seu semelhante não figura nem tem a mínima importância para se avaliar a obra do “grande estadista” (PINTO, 1962, p. 46).

Em 1950, após 23 anos vivendo no Brasil, Sarmento Pimentel e outros exilados receberam “anistia” do governo português. Esta atitude tinha como objetivo, realmente,

a entrada de Portugal na Organização das Nações Unidas, que para tanto exigia que o governo de Salazar iniciasse um processo de redemocratização, que o governo procurou mascarar.

Aproveitando esta oportunidade, Sarmiento Pimentel, seu irmão Francisco, e as respectivas esposas, resolvem fazer uma viagem a terra natal. Ao chegarem a Portugal, no aeroporto de Portela, descobrem que a tal “anistia” não era bem como eles pensavam:

Só a nossa bagagem foi minuciosamente revistada. Não liguei muito à primeira distinção que nos tributavam os delegados da PIDE. Seguiram-se depois os “vistos nos passaportes e com eles um ligeiro interrogatório cá ao Dégas!

- Quanto tempo se demora em Portugal?

- Quanto tempo?! Mas eu sou português!

- Bem sabemos, mas o senhor Presidente do Conselho deve ser informado do tempo que V. Ex.^a tenciona demorar-se em Portugal.

- Que importância! Pois então ponha lá o meio ano, mais ou menos, para não errar, porque o dinheiro é que irá dizer os meses certos para o meu regresso ao Brasil.

Ali vi logo que a tal amnistia era só... para inglês ver e a ONU acreditar! (PIMENTEL, 1974, p. 387).

Como previra, permaneceram em Portugal por seis meses. Tempo para rever parentes e amigos, matar saudades dos “cheiros e dos gostos” e, principalmente de constatar a realidade que se vivia em Portugal. Primeiro ele nos fala dos companheiros de luta que ficaram, ou por opção, ou por impossibilidade de emigrar:

Velhos camaradas, envelhecidos ainda mais por privações, desajustamentos e injustiças, outros na deportação para as colónias longínquas e de mau clima, campos de concentração, cadeias, outros, muitos já mortos. Havia uma linguagem de rancor que tinha qualquer coisa daquele medo sombrio, clamando vingança, ao descreverem a crueldade das perseguições aos republicanos. Alguns dos queixosos nos olhavam por cima do ombro, como que condenando termos mantido no exílio possibilidades dum nível de vida sem as desmoralizadoras privações que eles corajosamente suportaram em Portugal. Mas não indagaram os trabalhos, dificuldades que houvemos de vencer na nossa longa “peregrinação” (PIMENTEL, 1974, p. 387).

Segundo do povo, a população mais pobre, vítima maior de toda a política salazarista:

Não fosse a miséria degradante e a credence dum fanatismo lorpa, ambas exploradas pelo Ditador como arma de domínio, seria de o considerarmos feliz vendo seu contentamento, dançando e cantando nas festas e romarias. Alegria momentânea. A cantiga popular: - “Quem canta seus males espanta” – pode aplicar-se de Norte a Sul sem receio de juízo pessimista pois que a fome e o desconforto é uma realidade, ainda que a mãe natureza seja pródiga no suave arzinho de afago para suprir a falta de agasalhos e um caldo e um pedaço de broa façam o milagre do Senhor para parecer grande banquete na mesa dos pobres.
Esse é o panorama social português [...] (PIMENTEL, 1974, p. 392).

No dia 15 de novembro de 1950, Sarmiento Pimentel, esposa, irmão e cunhada retornam ao Brasil.

Ao chegar a São Paulo, reassume suas atividades, na empresa de produção de vidros planos que havia criado em sociedade com seu cunhado Ernesto Seara Cardoso; e na luta política junto aos grupos de exilados, e, a partir de 1956, no jornal Portugal Democrático.

Em 1958 a ditadura salazarista começa a sofrer seus golpes mais profundos. Na eleição presidencial de 1958, o general Humberto Delgado se lança candidato da oposição, apesar de derrotado sua campanha teve grande participação popular; iniciasse, na década de 1960, os movimentos de independência nas colônias portuguesas; em 1961, ocorre o sequestro do paquete Santa Maria, encabeçado pelo ex-salazarista, Henrique Galvão, que apesar de não atingir o objetivo de derrubar o salazarismo, teve grande repercussão internacional; em 1968, Salazar, por problemas de saúde é afastado do governo (morre em 1970), sendo substituído por Marcelo Caetano, cujo governo em muito pouco se diferenciou do seu antecessor.

Mas as guerras de independência, que se prolongaram por mais de dez anos, foram a questão crucial para o fim do Estado Novo. Tiveram seu começo durante o governo de Salazar e se prolongaram pelo governo de Caetano, num processo de desgaste e de perdas financeiras e humanas, de ambos os lados.

Na negação de se buscar uma saída pacífica, calcada numa política imperialista e justificada por um discurso “civilizatório”, o Estado Novo foi paulatinamente corroendo suas alianças no governo, com a Igreja e, principalmente com as Forças Armadas. Será um grupo de militares que, em 25 de abril de 1974, promoveu a chama Revolução dos Cravos, pondo fim a mais de 40 anos de um governo autoritário em Portugal.

Após a derrota, uma junta militar assumira o governo, permanecendo até 1976. Foi um período de grande agitação e de acordos entre os vários grupos que se opuseram ao salazarismo, e que agora reivindicavam participação no novo governo.

Muitos refugiados retornaram a Portugal na esperança de mudanças, outros, desconfiados ou já enraizados com família, trabalho e estabilidade, preferiram permanecer no Brasil. Foi o que fez Sarmiento Pimentel e sua família.

João Sarmiento Pimentel, contemporâneo de Salazar (era um ano mais velho do que ele), foi um dos líderes da resistência antissalazarista no Brasil, mantendo um certo equilíbrio entre os diversos grupos de oposição. Um dos poucos a testemunhar todo o longo período do autoritarismo português. Morreu em São Paulo, em 13 de outubro de 1987, aos 98 de idade.

Bibliografia:

- FARINHA, Luís. **O Revirvalho**: Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940). Lisboa: Editorial Estampa, 1998;
- LOPES, Norberto. **Sarmiento Pimentel ou uma geração traída**: diálogos de Norberto Lopes com o autor das “Memórias do Capitão”. Lisboa: Editorial Aster, 1977;
- MARQUES, A. H. Oliveira. Da Monarquia para a República. In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000;
- MEDINA, João. A Democracia Frágil: a Primeira República Portuguesa (1910-1926). In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000;
- PAULO, Heloisa. **Aqui também é Portugal**: a colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo. Coimbra: Quarteto, 2000;
- PIMENTEL João Sarmiento. **Memórias do Capitão**. Porto, Editorial Inova, 1974;
- PINTO, Armando (et. al.). **Salazar visto do Brasil**: antologia de textos de autores brasileiros e portugueses. São Paulo: Felman-Rêgo, 1962;
- ROSAS, Fernando. O Estado Novo (1926-1974). In: MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal**. Lisboa: Estampa, 1994, v. 7;

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

- ROSAS, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de. **Dicionário de História do Estado Novo**. Lisboa: Bertrand Editora, 1996, v. I e II;
- WHEELER, Douglas L. A Primeira República Portuguesa e a História. **Análise Social**, Lisboa, vol. 14, n. 56, 4ª série, p. 865-872, 1978.